



DECISÃO SOBRE PROCESSO ADMINISTRATIVO

O Superintendente Regional de Meio Ambiente da Supram Noroeste de Minas, no uso de suas atribuições, com base no art. 4º, inciso VII da Lei nº 21.972, de 21 de janeiro de 2016, de acordo com o art. 51, seu §1º, inciso I, do Decreto nº 47.787, de 13 de dezembro de 2019, comunica que o pedido de licença ambiental analisado no âmbito do processo administrativo indicado a seguir foi INDEFERIDO.

Denominação da Pessoa Física ou Jurídica na qual o empreendimento se vincula : OLAVO REMIGIO CONDE
CNPJ/CPF : 324.204.049-04

Denominação do empreendimento para fins do licenciamento : FAZENDA PONTE ALTA - LOTE 22

Endereço da Pessoa Física ou Jurídica na qual o empreendimento se vincula : Fazenda RODOVIA UNAÍ SENTIDO BRASÍLIA 35 KM ESQUERDA ESTRADA CAFÉ FORTE KM 60 Á ESQUERDA PERCORRER MAIS 6 KM ATÉ SEDE número/km S/N Bairro ZONA RURAL Cep 38600-000 Paracatu - MG

Município e Coordenadas geográficas do local de desenvolvimento das atividades:

Paracatu (LAT) -16.6916, (LONG) -47.0551

Fator locacional resultante : 1

Classe predominante resultante : 2

Modalidade de licenciamento : LAS RAS

Processo Administrativo Licenciamento : 707/2021

Motivo da decisão:

O empreendedor não apresentou documentos comprobatórios de regularização da reserva legal e conforme analisado pela SUPRAM, o empreendimento opera de maneira interdependente a outros empreendimentos que não foram caracterizados nesta solicitação, o que não obedece ao art. 11 da Deliberação Normativa COPAM Nº 217/2017. Conclusão, considerando a insuficiência e a inconsistência de dados necessários a análise do processo, e com fundamento nas informações constantes do Relatório Ambiental Simplificado (RAS), sugere-se o indeferimento da Licença Ambiental Simplificada ao empreendimento "Fazenda Ponte Alta – Lote 22 de Olavo Remígio Condé", no município de Paracatu/MG.

Documento emitido eletronicamente, nos termos do art. 1º e art. 2º do Decreto Estadual nº 47.222/2017 e do art. 6º, §4º, do Decreto Estadual nº 47.441/2018.

Unaí, 22/02/2021.

Documento assinado eletronicamente por CLEIBSON RODRIGUES DE OLIVEIRA, por delegação, em 22/02/2021 14:26 conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017.

Os interessados podem interpor recurso administrativo no prazo de 30 (trinta) dias, contados da data da publicação, com fundamento no art. 40 e seguintes do Decreto Estadual nº 47.383, de 02 de março de 2018.